

Temor pelo meio ambiente

CEDOC/MINERVINO JÚNIOR/ 14.10.2005

O documento dos técnicos cita uma série de falhas na revisão do PDT. Uma das mais graves, segundo o texto, é a proposta de ocupações e adensamentos urbanos em bordas de chapada, em áreas de recarga de aquífero e áreas de risco à saúde ambiental (susceptíveis a deslizamentos e inundações).

Mônica Veríssimo, doutora em Geologia e integrante do grupo, aponta como uma das maiores falhas o fato de que as principais unidades de conservação ambiental – Parque Nacional de Brasília, Estação Ecológica de Águas Emendadas, Fazenda Água Limpa, Área de Proteção Ambiental do Jardim Botânico e reserva do IBGE – ficaram ilhadas em meio ao planejamento proposto.

"Por lei, essas unidades precisam ter uma área de amortecimento, um cinturão verde, para manter os corredores ecológicos de fauna e flora", destaca Mônica, que preside a Fundação Sustentabilidade e Desenvolvimento. "E isto o plano não prevê. No local, serão erguidas construções".

Para Francisco Palhares, a revisão é uma proposta incompatível e compromete o meio ambiente do DF como um todo: "Perderemos qualidade de vida e as transformações poderão atingir o clima; é muito mais sério do que se imagina".

Sobre as ocupações urba-



Adensamento populacional, como o que pode ocorrer no Guará, com o PDL, preocupa técnicos

nas em área de preservação, a titular da Seduh, Diana Motta, é enfática. "Isso é um absurdo. Como poderíamos propor ocupações em área de preservação, que são protegidas por lei?", indaga.

E são justamente as áreas de preservação ambiental e unidades de conservação que, segundo os técnicos, estão sendo desconsideradas pela Seduh na proposta.

FALHAS – A análise mostra a desconsideração das áreas no macrozoneamento. Pelo tex-

to, não está sendo citada a existência de unidades de conservação – como a Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central e outras –, os sítios arqueológicos e as áreas de risco no DF, os parques ecológicos, as áreas rurais remanescentes, as Áreas de Proteção de Mananciais, a zona de proteção da Área Tombada e o estoque de imóveis disponíveis nas áreas regularizadas e de condomínios.

"O que eles citam como 'pontos desconsiderados',

nós entendemos que é apenas uma questão burocrática", contra-ataca a subsecretária de Urbanismo e Preservação, Ana Lúcia Oliveira. "Nós ainda não lançamos as linhas das unidades de conservação nos mapas do zoneamento, mas isso não quer dizer que as questões ambientais não estejam atendidas e respeitadas". Ana Lúcia assegura que vários pontos listados pelos técnicos já foram contornados, caso da criação de uma terceira macrozona, a Integral.